

## Um olhar sobre 2015



**António Domingues Azevedo**  
Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

2014 está prestes a terminar. Sempre por esta altura do calendário é tempo de fazer balanço do ano que acaba e perspetivar o que nos espera nos próximos 365 dias.

Dos dados que são conhecidos do OE 2015 e das reformas aprovadas na Assembleia da República, é de esperar que o ambiente fiscal não se altere significativamente no próximo ano. Quiçá, no pior dos cenários, pode, inclusive, deteriorar-se.

A existência de um ligeiro desagravamento fiscal no IRS, com especial relevo para os rendimentos de maior valor, tradicionalmente também os mais sacrificados, é contrabalançada com a introdução de novos tributos, como é o caso dos “impostos verdes”, as alterações introduzidas nos Impostos Especiais sobre o Consumo (IEC), no Imposto Automóvel, no RGIT, etc. Por mais argumentos que reciclem, estas novas responsabilidades fiscais gerarão encargos bem maiores para os cidadãos do que o desagravamento que se espera venha a ocorrer no IRS.

Em suma, é com algum ceticismo que se antevê a evolução da fiscalidade no ano de 2015, onde, a exemplo de outros anos, se vai de uma forma muito violenta continuar a pedir aos portugueses que vivem do seu trabalho um esforço desmedido e diferenciado de outras fontes de rendimento para o equilíbrio das contas de Portugal. Está tudo dito quando se constata que os impostos sobre o rendimento do trabalho vão continuar a situar-se

muito próximo dos praticados antes do 25 de abril.

Esta tem sido a galinha dos ovos de ouro fiscal do governo, mas que os próprios governantes sabem que dificilmente vão conseguir espremer mais. Por isso, é que se decidiu avançar com outras fontes de rendimento fiscal, projetadas de forma artilosa e disfarçadas de uma benigna tributação verde.

Pedir desejos é um clássico da passagem de ano. Porventura, muitos portugueses se questionados sobre o que mais desejariam fiscalmente para o próximo ano diriam: «deixar de pagar impostos». Sabemos que isso não é possível, nem desejável, aliás. Pagar impostos é o preço que pagamos por viver em sociedades organizadas. Mais do que desejar, seria legítimo exigir para 2015, objetivos bem mais simples: justiça e equidade fiscal, uma máquina fiscal mais tolerante, menos robotizada, mais próxima do cidadão e prosseguir, se possível com um esforço ainda mais efetivo, no combate à fraude e evasão fiscais, sem olhar a classes, bolsas ou identidades. Um 2015 com mais ética, mais responsabilidade social e menos escândalos. No fundo, mais verdade, mais rigor e melhores contas. Seja no Estado, nas empresas ou nas nossas casas.

Estou certo que se pelo menos metade destes desejos se cumprirem, o próximo ano poderá ser o do verdadeiro ponto de viragem, necessariamente mais positivo e esperançoso para todos os portugueses.

Aproveito para desejar um excelente ano para todos os leitores e os que fazem diariamente este jornal. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico